



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

342.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO  
CÍVEL Nº 0305131-6**  
**EMBARGANTE: BRADESCO SAÚDE**  
**EMBARGADO: VINÍCIUS RUFINO FERREIRA**  
**RELATOR: DES. FENANDO MARTINS**  
**Sexta Câmara Cível**

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO  
NA APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. SEGURADO PORTADOR  
DE HEPATOPATIA CRÔNICA DO TIPO CIRROSE. TRATAMENTO DE  
QUIMIOEMBOLIZAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA. COBERTURA  
DEVIDA. TERMO DE INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA SOBRE A  
CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS JÁ RETIFICADO EM SEDE DE  
RECURSO DE AGRAVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓR-  
DÃO. EMBARGOS OPOSTOS EM MANIFESTA PRETENSÃO DE RE-  
DISCUTIR A MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE.**

- Os embargos de declaração não têm por finalidade a rediscussão da  
matéria ventilada no acórdão recorrido, devendo se enquadrar nos es-  
treitos parâmetros contidos no art. 535, do CPC.

#### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as  
acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara  
Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **por unanimidade de votos**,  
negar provimento ao presente recurso.

Recife, 01<sup>10</sup> de de 2013.

  
**DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO  
CÍVEL Nº 0305131-6**

**EMBARGANTE: BRADESCO SAÚDE**

**EMBARGADO: VINÍCIUS RUFINO FERREIRA**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**RELATÓRIO**

Trata-se de embargos de declaração em face do acórdão desta Sexta Câmara Cível que, à unanimidade de votos, deu parcial provimento ao recurso de agravo manejado pela Bradesco Saúde, apenas, para determinar que a condenação a título de danos morais fosse corrigida monetariamente a partir do seu arbitramento (SÚMULA 362 DO STJ) e os juros moratórios incidentes a partir da citação.

Alega a recorrente que o acórdão embargado teria sido omissos no tocante ao termo de incidência de juros de mora, bem como no tocante à suposta violação à Lei nº 9.656/98 e aos artigos 757 e 760 do CC.

Sustenta, ainda, a legalidade da negativa de cobertura em questão, visto que o tratamento solicitado seria contra indicado ao diagnóstico do segurado.

É o relatório.

**VOTO**

Consoante já asseverado tanto na decisão terminativa, quanto no recurso de agravo, ambos manejados pela Sul América, verifica-se dos autos que o autor é portador de hepatopatia crônica do tipo cirrose, tendo sido indicado pelo profissional a realização de Quimioembolização, em caráter de urgência, visto que a demora no tratamento poderia tornar o caso intratável (laudo de fl. 77).

Deste modo, não assiste qualquer razão a alegação da operadora recorrente no sentido da licitude da negativa da cobertura em questão, fundada em cláusula genérica e, notoriamente, abusiva, quando resguarda à seguradora o direito de excluir contratualmente a realização de determinados procedimentos. Isto porque, descabe à operadora de saúde se imiscuir na função do profissional médico, questionando a indicação do tratamento proposto, inexistindo qualquer violação aos

344

artigos 757 e 760 do CC ao se determinar a cobertura necessária ao restabelecimento da saúde do autor.

No tocante ao termo de incidência dos juros de mora sobre a condenação em danos morais, verifica-se que a insurgência foi trazida em sede de recurso de agravo, havendo esta câmara acolhido o pleito para determinar a fluência do encargo a partir da citação.

Verifica-se, portanto, inexistir qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão vergastado, pretendo mesmo a Bradesco Saúde a rediscussão da matéria, o que não se admite nesta via recursal.

É como voto.

Recife, 01 de 10 de 2013.

  
**DES. FERNANDO MARTINS -RELATOR**